

PLANO DE ACESSIBILIDADE NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ (TJAP):

Promovendo Acesso e Equidade.

I – Objetivo:

Garantir a efetivação da acessibilidade e inclusão, promovendo o acesso igualitário e a participação plena de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas, no judiciário amapaense.

II – Objetivos específicos / Metas anuais (apontamento 6.1 – auditoria) :

1. Eliminar Barreiras Físicas e Arquitetônicas: Promover a adaptação e adequação das instalações físicas do TJAP para garantir o acesso seguro e independente de todas as pessoas, incluindo a instalação de rampas, corrimãos, sinalizações táteis e elevadores acessíveis.

2. Garantir Acessibilidade Digital e Comunicação Acessível: Assegurar que a comunicação do TJAP, seja em seu site, mídias sociais ou sistemas internos, seja acessível a todas as pessoas. Isso inclui disponibilizar conteúdos em formatos acessíveis, como Libras, Braille, áudio, texto simplificado, entre outros.

3. Capacitar Magistrados e Servidores: Implementar programas de capacitação e treinamento para magistrados, servidores e colaboradores do TJAP sobre as questões relacionadas à acessibilidade, diversidade e inclusão.

4. Desenvolver Campanhas de Conscientização e Sensibilização: Realizar campanhas internas e externas para conscientizar e sensibilizar a comunidade jurídica, operadores do direito e a sociedade em geral sobre a importância da acessibilidade, seus benefícios e o papel do TJAP na promoção da inclusão e equidade.

5. Estabelecer Parcerias com Instituições e Organizações: Firmar parcerias com instituições e organizações da sociedade civil que atuem em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e da acessibilidade, buscando compartilhar conhecimentos, recursos e boas práticas.

III – Justificativa:

A acessibilidade é um princípio fundamental para uma sociedade justa e inclusiva. Garantir o acesso igualitário a todos os cidadãos, independentemente de suas limitações ou características, é um compromisso essencial para os órgãos públicos, incluindo o Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP). Neste contexto, é imprescindível a implementação de um Plano de Acessibilidade, que visa assegurar a inclusão de todas as pessoas, sem distinção, na busca pela efetivação da Justiça. Em consonância com esse propósito, a Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) assume um papel de destaque ao estabelecer diretrizes para a adequação das unidades judiciárias brasileiras aos princípios da acessibilidade e inclusão. Essa norma busca promover ações concretas que garantam a igualdade de oportunidades e o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência, bem como daquelas com outras necessidades específicas de acessibilidade.

A Resolução nº 1452/2021, que institui o plano estratégico do TJAP, delinea as ações para o período de 2021 a 2026. Nesse documento, são definidos os princípios, objetivos e metas estratégicas do Tribunal, buscando o aprimoramento dos serviços jurisdicionais, administrativos e de gestão. Dentre os eixos estratégicos propostos, é essencial destacar o compromisso com a valorização da pessoa, com enfoque na cidadania, inclusão social e igualdade, inclusive com Acessibilidade como valor estratégico do TJAP.

Considerando esse contexto, o TJAP tem o dever de elaborar e implementar um Plano de Acessibilidade, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 401/2021 do CNJ, e alinhado aos princípios e metas do seu plano estratégico, a Resolução nº 1452/2021.

1. Promoção da Inclusão e Cidadania: O Plano de Acessibilidade tem como objetivo primordial a inclusão de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. Promover a acessibilidade é promover a cidadania e justiça como direito universal, garantindo a participação plena e efetiva na sociedade.

2. Cumprimento das Normativas Legais: O plano é uma obrigação legal, determinada pela Resolução nº 401/2021 do CNJ, que estabelece diretrizes claras para a adequação dos tribunais à acessibilidade.

3. Respeito à Diversidade: O Plano de Acessibilidade demonstra o compromisso do TJAP com a valorização da diversidade humana.

4. Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários: A acessibilidade vai além do acesso físico. É necessário também tornar a linguagem jurídica mais compreensível e oferecer meios de

comunicação acessíveis, como a disponibilização de informações em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e materiais em formatos acessíveis, como o Braille.

5. Fortalecimento da Imagem Institucional: Um Tribunal de Justiça que promove a acessibilidade e a inclusão ganha credibilidade e fortalece sua imagem institucional perante a sociedade.

6. Estímulo à Conscientização e Sensibilização: Ao programar o Plano de Acessibilidade, o TJAP também estará fomentando a conscientização e a sensibilização de magistrados, servidores, advogados e demais atores do sistema de justiça sobre a importância da acessibilidade e da inclusão.

7. Acesso à Justiça para Todos: A acessibilidade é um pré-requisito para que todas as pessoas possam ter acesso à justiça de forma igualitária. Somente quando todos os obstáculos forem superados, o acesso à justiça se tornará efetivo.

8. Impacto Social Positivo: Um Plano de Acessibilidade bem estruturado terá um impacto social positivo, refletindo-se não apenas no âmbito do Judiciário, mas na sociedade em geral.

9. Antecipação às Mudanças Demográficas: Com o envelhecimento da população, a questão da acessibilidade ganha ainda mais relevância. O TJAP deve estar preparado para lidar com as demandas crescentes da população idosa.

10. Adaptação a Novas Tecnologias: A acessibilidade também se estende ao mundo digital.

A implementação de um Plano de Acessibilidade no Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) fundamenta-se na promoção da inclusão, cidadania, respeito à diversidade, cumprimento das normas legais e melhoria dos serviços judiciários. O TJAP se posicionará como um exemplo de instituição comprometida com a equidade e a justiça social, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

IV – Metodologia / Dimensões dos trabalhos:

A metodologia para a implementação do plano de acessibilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP) será constituída por seis macrodimensões, sendo que cada uma delas será composta por microdimensões que requerem projetos de execução específicos. As macrodimensões em questão são as seguintes:

- 1. Diagnóstico e auditoria de acessibilidade**
- 2. Orçamento**
- 3. Campanhas de sensibilização e divulgação**

4. **Estrutura e acesso**
5. **Comunicação e informação digital**
6. **Atendimento**

Cada uma dessas macrodimensões contempla uma série de ações ou projetos direcionados para promover e assegurar a acessibilidade em todas as áreas de atuação do TJAP. Por meio desse enfoque integrado, busca-se alcançar um ambiente inclusivo, no qual todos os cidadãos possam exercer seus direitos e deveres de forma equitativa e sem restrições.

Ações propostas para cada macrodimensão do plano de acessibilidade:

1. Diagnóstico e auditoria de acessibilidade:

- Auditoria sobre acessibilidade realizada pela Secretaria de Auditoria Interna.
- Realização de levantamento detalhado dos prédios e instalações do TJAP para identificar possíveis barreiras arquitetônicas e de acessibilidade.
- Auditoria dos sistemas de tecnologia utilizados pelo tribunal para verificar se estão de acordo com padrões de acessibilidade, como o Web Content Accessibility Guidelines (WCAG).

2. Orçamento (Apontamento 04 e 17 – relatório da auditoria):

- Alocar recursos específicos para ações de acessibilidade no orçamento da Secretaria de Gestão de Pessoas TJAP, garantindo que haja verba suficiente para executar os projetos propostos. Criar um fundo de acessibilidade destinado a financiar projetos de melhoria na infraestrutura e serviços do tribunal relacionados à acessibilidade.

3. Campanhas de sensibilização e divulgação:

- Promover campanhas de conscientização sobre a importância da acessibilidade para toda a comunidade do TJAP, incluindo servidores, magistrados, advogados e cidadãos em geral.
- Promover campanhas virtuais permanentes de sensibilização dos servidores sobre os direitos das PCD e o atendimento desses cidadãos (**apontamento 18 – relatório da auditoria**).

- Realizar eventos, palestras e workshops voltados para a sensibilização sobre a inclusão de pessoas com deficiência e outras necessidades especiais.
- Divulgar informações sobre os serviços e recursos de acessibilidade disponíveis no TJAP por meio de materiais digitais, site, redes sociais e outros meios de comunicação.

4. Estrutura e atendimento:

4.1 – Plano : Criação da sala de atendimento e acessibilidade.

- Criar um canal de atendimento prioritário para pessoas com deficiência, idosos ou gestantes, reduzindo o tempo de espera e agilizando o acesso aos serviços do tribunal.
- Estabelecer um sistema de atendimento remoto ou por agendamento prévio para evitar longas esperas e garantir o conforto dos usuários.
- Oferecer serviços de tradução em libras (Língua Brasileira de Sinais) para pessoas com deficiência durante audiências e eventos (**apontamento 6.3 – relatório da auditoria**).
- Promover/Implementar rampas, elevadores e outras adaptações arquitetônicas para garantir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida a todos os espaços do tribunal.
- Disponibilizar guias e mapas de orientação com informações acessíveis para facilitar a locomoção no prédio do TJAP.
- Assegurar que todas as salas de audiência e demais instalações possuam espaços reservados para acomodar pessoas com deficiência, como cadeirantes.

5. Comunicação e informação digital:

5.1 – Plano de comunicação digital.

- Adequar o site do TJAP para que seja acessível a pessoas com deficiência visual, auditiva ou cognitiva, seguindo as diretrizes de “Diretrizes de acessibilidade para conteúdo Web”.
- Disponibilizar materiais e documentos em formatos alternativos, como Braille, áudio, e-texto, para atender às diversas necessidades dos usuários.
- Oferecer serviços de tradução em libras (Língua Brasileira de Sinais) para pessoas com deficiência nos meios de comunicação digitais (site).

6. Treinamento:

6.1 – Plano de capacitação em acessibilidade 2023. (**apontamento 12 – relatório da auditoria**)

- Capacitar servidores e funcionários do TJAP em práticas inclusivas, como atendimento humanizado e respeitoso às necessidades específicas de cada usuário.

V – Cronograma:

V.I) Planejamento: Definição dos objetivos, critérios (dimensões e fatores), método de aplicação, canais de comunicação e quPlestionários.

Período: Agosto/2023.

V.II) Execução:

Período previsto: Agosto a Dezembro/2023.

V.III) Análise dos resultados: Consolidação e análise do diagnóstico.

Período previsto: janeiro/2024.

V.IV) Feedback devolutivo: Reuniões com Magistrados, Gestores e Servidores, de apresentação dos resultados da pesquisa e propostas de ações institucionais.

Período previsto:

VI – Prioridade de execução proposta para 2023:

A priorização de projetos reflete o compromisso do Núcleo em promover mudanças concretas de acessibilidade no TJAP. **O núcleo definiu uma série de projetos de acessibilidade, dos quais os seguintes receberão prioridade na sua execução os itens destacados abaixo:**

a) Item 4.1 – Criação da Sala de Atendimento no Fórum Macapá:

A implementação da Sala de Atendimento representa um avanço significativo em direção à acessibilidade física dentro do Fórum Macapá. Esse espaço será cuidadosamente projetado para atender às necessidades de todas as pessoas, especialmente aquelas com mobilidade reduzida ou outras deficiências. A Sala de Atendimento será equipada com recursos e tecnologias que facilitarão o acesso aos serviços judiciais, garantindo a autonomia e o conforto dos usuários.

Responsável pela elaboração: Chyrle Bezerra (coordenadora do centro de treinamento e educação física especial – CETEFE) e Núcleo de acessibilidade.

b) Item 5.1 – Plano de Comunicação/ Acessibilidade Digital (apontamentos 21 a 29 – relatório de auditoria):

O Plano de Comunicação Digital é uma iniciativa estratégica que visa tornar a presença do TJAP na internet mais inclusiva. Serão implementadas diretrizes e práticas para garantir que o conteúdo digital seja acessível a todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades ou deficiências. Isso inclui a adaptação do site do tribunal para cumprir as diretrizes do WCAG (Diretrizes de acessibilidade para conteúdo Web), a disponibilização de informações em diferentes formatos e a criação de recursos de acessibilidade, como tradução em Libras (Língua Brasileira de Sinais) para vídeos institucionais.

Responsável pela elaboração: Walmir Bezerra – Técnico Judiciário/Chefe de seção/SEPLAN

c) Item 6.2 – Plano de Capacitação em Acessibilidade 2023:

A capacitação é um elemento essencial para promover a cultura de acessibilidade no TJAP. O Plano de Capacitação em Acessibilidade 2023 tem como objetivo preparar magistrados, servidores e colaboradores para oferecerem um atendimento mais inclusivo e acolhedor. Serão realizados treinamentos e workshops que abordarão temas como atendimento humanizado, comunicação acessível, utilização de tecnologias assistivas e compreensão das necessidades específicas de diferentes públicos.

Responsável pela elaboração: Alessandro Domont – Analista Judiciário/Administrador – Coordenador de gestão por competências.

Outras ações para 2023:

d) Manter atualizado o cadastro de servidores PCD e acompanhar a avaliação periódica da evolução das deficiências declaradas pelos servidores (apontamento 15 – relatório de auditoria).

Responsável pela ação: SGP / Seção de Cadastro x Serviço Médico e QVT.

e) Realizar cadastro de servidores aptos ao pleno atendimento ao público com deficiência.

(apontamento 19 – relatório da auditoria).

f) Promover campanhas virtuais permanentes de sensibilização dos servidores sobre os direitos das PCD e o atendimento desses cidadãos (apontamento 18 – relatório da auditoria).

A campanha deve ocorrer pós conclusão da capacitação.

Responsável: Alessandro Domont – Coordenadoria de Gestão e avaliação de competências.

g) Orçamento para acessibilidade: lançamento do valor para aquisição 2024. Previsão de R\$ 100 mil reais.

Responsável: Alessandro Domont – Coordenadoria de Gestão e avaliação de competências.

Nota: Orçamento 2023 já foi concluído, haverá processo administrativo promovido pela SEPLAN para previsão orçamentária 2024, previsto para iniciar em agosto/2023.

e) Para discussão posterior ao curso de capacitação:

e.1) Política de acessibilidade do TJAP (apontamento 09 – relatório de auditoria).

e.2) Norma interna de acessibilidade (apontamento 10 – relatório de auditoria).

e.3) Mecanismo de monitoramento e avaliação (apontamento 11 – relatório de auditoria).

VII - Custos

Os custos estarão demonstrados analiticamente em cada um dos projetos prioritários, conforme abaixo:

Itens prioritários para 2023:

4.1 – Criação da Sala de atendimento no Fórum Macapá.

5.1 – Plano de comunicação digital.

6.2 – Plano de capacitação em acessibilidade 2023.

VIII – Elaboração / aprovação:

Macapá, 01 de agosto de 2023

Elaborado por:

Alessandro dos Santos Domont

Coordenador – Gestão e Avaliação de Competências.

Coordenador do Núcleo de Acessibilidade

Portaria nº 68653/2023-GP

Núcleo de Acessibilidade

Aprovado por:

Dr^a Marina Lorena Nunes Lustosa

Juíza Auxiliar da Presidência

Presidente da Comissão permanente de acessibilidade e inclusão do TJAP

Portaria nº 68654/2023-GP